

MARCOS NÓBREGA

Prefácio

Egon Bockmann Moreira

DIREITO E ECONOMIA DA INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte

FÒRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sílvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

N754d Nóbrega, Marcos

Direito e economia da infraestrutura / Marcos Nóbrega. – Belo Horizonte : Fórum, 2020.
245p.; 14,5 cm x 21,5cm
ISBN: 978-85-450-0722-7

1. Direito Administrativo. 2. Direito Econômico. 3. Direito Público. 4. Economia. I. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NÓBREGA, Marcos. *Direito e economia da infraestrutura*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 245p. ISBN 978-85-450-0722-7.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

DIREITO E ECONOMIA DA INFRAESTRUTURA: UM LIVRO IMPRESCINDÍVEL AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO BRASILEIRO

EGON BOCKMANN MOREIRA15

APRESENTAÇÃO.....19

NOVOS MARCOS TEÓRICOS EM LICITAÇÃO NO BRASIL: OLHAR PARA ALÉM DO SISTEMA JURÍDICO.....21

1	A Teoria da Informação.....	22
1.1	Akerlof e a Assimetria de Informação.....	24
2	Teoria do Desenho de Mecanismo.....	27
3	Teoria dos Leilões.....	32
3.1	Leilão Inglês.....	35
3.2	Leilão Holandês.....	36
3.3	Leilão Vickrey.....	36
3.4	Leilão de Primeiro Preço.....	37
3.5	Leilões com valorização comum.....	40
4	Outros pontos de investigação.....	42
5	Conclusões.....	46
	Referências.....	47

O ESTATUTO DO RDC É CONTRÁRIO AOS CARTÉIS EM LICITAÇÃO? UMA BREVE ANÁLISE BASEADA NA TEORIA DOS LEILÕES.....51

1	Introdução.....	51
2	Uma breve introdução à Teoria Econômica dos Leilões.....	52

3	As licitações são ambientes propícios para a atuação dos cartéis?55
4	A correlação existente entre os cartéis e os leilões (licitações).....59
5	A atuação de um cartel em licitação – a experiência norte-americana e brasileira62
6	Análise do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) – Lei nº 12.462/11.....66
7	Conclusão74
	Referências75

O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO – RDC, NEGOTIAUCTION E O ORÇAMENTO SIGILOSO77
- Negotiauction86
Referências92

A CONTRATAÇÃO INTEGRADA NO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO: INADEQUAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO COMO CRITÉRIO PARA O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO93
1 Introdução93
2 Execução indireta de obras e serviços de engenharia.....94
3 Contratação Integrada97
4 Vantagens da Contratação Integrada100
4.1 Concentração de responsabilidade100
4.2 Economia de tempo.....101
4.3 Diminuição do Preço Final102
5 Desvantagens da Contratação Integrada.....103
5.1 Dificil Comparação de Propostas103
5.2 Risco de diminuição do número de participantes na licitação.....104
5.3 O risco do Design Down104
6 Teoria da Imprevisão e Reequilíbrio Econômico Financeiro 111
6.1 Insuficiência da Teoria da Imprevisão como substrato teórico para o Reequilíbrio Financeiro do Contrato Administrativo 114
6.1.1 Teoria de Preço e da Microestrutura de Mercado 116
6.1.2 Informação e processo de determinação dos preços 117
6.2 Incompletude contratual e Reequilíbrio Econômico Financeiro (discernindo entre bons contratos e as más instituições)124
7 Conclusão129
Referências131

RISCOS EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA	133
1 Introdução	134
2 Definição de Risco	135
3 Fontes de Risco	137
4 Obstáculos para a tomada de decisões	139
5 Fases dos projetos de infraestrutura e risco.....	141
6 Alocação da exposição ao risco.....	142
7 Alocação de riscos para o Governo	143
8 Conclusões.....	152
Referências	156

OS LIMITES E A APLICAÇÃO DA TAXA INTERNA DE RETORNO.....	157
1 A Taxa Interna de Retorno como instrumento de avaliação de rentabilidade	158
Referências	167

ANÁLISE ECONÔMICA E JURÍDICA DO IPTU: EFICIÊNCIA, EXTERNALIDADES E DISTORÇÕES.....	169
1 Introdução	169
2 Intervenção Estatal e Tributação.....	171
2.1 O paradigma da eficiência	172
2.2 Falhas de mercado.....	174
3 Aspectos jurídicos e econômicos da cobrança do IPTU no Brasil	179
3.1 Aspectos legais e administrativos do IPTU: competência tributária.....	180
3.2 Fato gerador e base de cálculo.....	181
3.3 Alíquotas e progressividade.....	181
3.4 Imunidades e isenções.....	182
3.5 Dívida Ativa Tributária.....	183
4 Considerações finais	185
Referências	188

FINALIDADE E DESTINAÇÃO VINCULADA DAS CONTRIBUIÇÕES NA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA BRASILEIRA	191
1 Introdução: a instituição de normas tributárias na intervenção por normatização do Estado na economia brasileira	191

2	Os princípios da Ordem Econômica e a intervenção do Estado na economia	197
3	Consideração dos efeitos econômicos das contribuições interventivas	206
4	Finalidade e destinação vinculada dos tributos na intervenção econômica	211
4.1	Classificação quanto à finalidade ou à função	212
4.2	Classificação quanto à destinação do produto da arrecadação	216
5	A intervenção do Estado na economia pela instituição de contribuições especiais.....	220
6	Conclusão	229
	Referências	231
RISCO CAMBIAL EM CONTRATOS DE CONCESSÃO.....		233
1	Introdução	233
2	O tratamento histórico do risco cambial	237
3	Risco cambial na teoria e na experiência internacional.....	238
4	Novas tendências de enfrentamento do risco cambial no Brasil.....	240
5	Conclusão	243
	Referências	244